



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

Simulado Final

Prefeitura de

Rio Branco

Simulado

Simulado Prefeitura de Rio Branco - Analista

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso Prefeitura de Rio Branco (Analista);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Prefeitura-de-Rio-Branco-01-07>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

LÍNGUA PORTUGUESA*Luiz Felipe***TEXTO I - QUESTÃO FUNDIÁRIA É VITAL PARA A AMAZÔNIA**

O aumento dos índices de desmatamento é a principal causa da maior emissão de gases do efeito estufa pelo Brasil – e a razão central, portanto, para que o País esteja se afastando cada vez mais das metas de redução das emissões.

Quando se fala em desmatamento no Brasil, a Amazônia é protagonista. Em 2019, a área desmatada na Amazônia Legal ultrapassou a marca de 10 mil km² pela primeira vez desde 2008, chegando a 10.129 km². No ano passado, o índice voltou a subir: 11.088 km². Segundo o projeto PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento já consumiu 813.047 km² da Amazônia Legal até 2020, o que equivale a 16% da área original.

Uma das consequências diretas do desmatamento na Amazônia é que a participação do setor Mudança de Uso da Terra e Florestas (no qual se enquadram os desmatamentos) no total de emissões do País subiu de 39,7% para 44,5% entre 2018 e 2019, de acordo com dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG).

Um dos nós que precisam ser desatados para a sobrevivência da Amazônia é equacionar a situação fundiária caótica da região, observa Beto Veríssimo, cofundador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que monitora os dados de desmatamento da região por meio de um sistema via satélite.

“A regularização fundiária é um grande problema, mas ao mesmo tempo pode ser a solução”, considera Beto. O primeiro passo, diz ele, é entender que há “diferentes Amazonas” no que diz respeito ao histórico de ocupação da região. “Há a Amazônia ocupada há mais tempo, desde a década de 1970, por famílias incentivadas naquela época pelo Governo. O caminho nesses casos é ajudar a legitimar essa presença, já que a titulação é um passo importante para o aprimoramento da agricultura, pois ajuda a obter empréstimos e a fazer investimentos.”

Há também a parte que o pesquisador chama de “Amazônia sob pressão”, de ocupação mais recente –

no máximo 15 anos –, composta por uma faixa que inclui municípios como Altamira e São Félix do Xingu, ambos no Pará – não por acaso, líderes do ranking de maiores emissores de gases do efeito estufa, recém-divulgado pelo Observatório do Clima. “Nesse caso, a regularização fundiária beneficiaria grileiros e invasores”, compara.

Há iniciativas tramitando no Congresso Nacional para conceder anistias e transferir marcos temporais relacionados à ocupação ilegal da Amazônia, algo que o Brasil tem feito sistematicamente para “contemporizar” ações predatórias, observa o cofundador do Imazon. “Temos que acabar com essa tradição. Ou criamos um ordenamento territorial sério na Amazônia ou ela vai desaparecer.”

Os estudiosos da região dizem que, em paralelo às ações de controle de danos, é fundamental investir no desenvolvimento econômico e atração de negócios. Culturas permanentes, como cacau, banana e açaí, têm grande potencial econômico e permitem a restauração ambiental. Juntas, a renda obtida por essas três culturas no ano passado chegou a R\$ 5,6 bilhões.

“Há uma série de boas iniciativas na Amazônia que estão dependendo apenas de apoio para ganhar escala”, diz o advogado Sérgio Leitão, fundador e diretor executivo do Instituto Escolhas. Esse apoio precisaria incluir, claro, a participação efetiva do Governo Federal, não apenas para aprimorar a infraestrutura da região – onde o acesso à internet ainda é um grande problema, por exemplo –, mas para conceder incentivos efetivos.

ESTADÃO

01. Em relação às informações apresentadas no texto, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo especialista, o controle de danos através da regularização fundiária é a única solução para o desmatamento.
- b) O texto afirma que só em 2020 o desmatamento consumiu 813.047 km² da Amazônia Legal.
- c) De acordo com estudiosos, o desenvolvimento de atividades econômicas pode beneficiar a Amazônia.
- d) O autor do texto afirma que a exploração desenfreada teve seu início na década de 1970 com o início da ocupação territorial.
- e) Estudos apontam que a regularização fundiária apenas legitimaria a atividade criminosa.

02. Considerando as palavras do texto, é correto afirmar que exemplificam, respectivamente, uma oxítona e uma paroxítona acentuadas graficamente os vocábulos

- a) "Índices" e "país"
- b) "Até" e "Amazônia"
- c) "Há" e "fundiária"
- d) "Consequências" e "sério"
- e) "Líderes" e "municípios"

03. Uma das regras para o uso CORRETO da vírgula diz que:

- a) antes da conjunção e, a vírgula é sempre proibida.
- b) esse sinal é facultativo para indicar elipse.
- c) é obrigatório o uso da vírgula em orações adverbiais deslocadas.
- d) é facultativo o emprego da vírgula para isolar aposto
- e) é obrigatório o uso da vírgula entre verbo e seu complemento.

04. No 8º parágrafo, a oração "investir no desenvolvimento econômico e atração de negócios" tem a função de:

- a) complemento nominal
- b) sujeito
- c) adjunto adverbial
- d) objeto direto
- e) objeto indireto

05. O sinal grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) Parece que as principais economias do mundo são favoráveis a questão da sustentabilidade.
- b) A pandemia mostrou que as lideranças mundiais estão obrigadas a trabalhar em conjunto
- c) O auxílio financeiro governamental deve ser direcionado a quem mais foi atingido pela crise da Covid.
- d) O problema da mudança climática é anterior a debates sobre crise econômica.
- e) Por razões geoclimáticas, o Brasil é um dos países habilitados a investir em geração de energia limpa.

06. A frase em que o pronome oblíquo átono está empregado corretamente, segundo as regras da colocação pronominal, é:

- a) Ela não repassou-nos o recado ao receber o telefonema.
- b) Me agradou a forma como fui recebido.
- c) Seria-lhe propício entregar seu cargo.
- d) Deixando-me preocupado, saiu sem se despedir.
- e) Aquilo que move-nos deve ser prioridade.

07. É obrigatório o emprego da preposição DE antecedendo o vocábulo que em:

- a) O apoio que todos precisavam viria de um grupo improvável.
- b) A reunião que os candidatos compareceram foi longa.
- c) O documentário político que assisti ganhou o Oscar.
- d) O projeto que colaboramos teve grande aceitação popular.
- e) As metas que o gerente apresentou não foram fáceis de serem alcançadas.

08. A concordância está correta na alternativa:

- a) Haveria bastantes dados se os falantes se sentissem mais à vontade com o gravador.
- b) Em uma pesquisa inicial, foi descrito, conforme relatado em artigos da área, inúmeros dados de fala.
- c) Tanto a língua escrita quanto a língua falada varia.
- d) Como demonstrado pela pesquisadora, existe evidências científicas da variação linguística.
- e) A pesquisa dos linguistas demonstram resultados muito interessantes.

09. Está empregado no pretérito mais-que-perfeito o verbo:

- a) Até os resultados, o engenheiro **terá assinado** o contrato.
- b) No ano passado, era o engenheiro quem **assinava** os contratos.
- c) O engenheiro **assinaria** o contrato no mês passado.
- d) O engenheiro **tinha assinado** o contrato.
- e) Se o engenheiro **assinasse** o contrato, todos ganhariam.

10. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas, segundo as normas ortográficas em vigor:

- a) paralisação - exceção - obsessão
- b) ancioso - estresse - perturbar
- c) atualização - vexame - enchente
- d) seção - opinião - entertido
- e) obscessão - enxame - estresse

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Uma montadora de automóveis demitiu 10% dos seus trabalhadores. No semestre seguinte, contratou 10 pessoas. Após outros seis meses, novamente foram feitas demissões, no total de 10% do quadro de trabalhadores corrente. Ao final desse processo que durou 12 meses, a montadora ficou com 84% do total inicial de trabalhadores. O número final de trabalhadores dessa montadora, após as demissões e contratações, é de:

- a) 84
- b) 168
- c) 252
- d) 336
- e) 420

12. Em um churrasco com 170 pessoas, 122 pessoas bebem refrigerante e 81 pessoas bebem cerveja. Sabendo que todas as pessoas do churrasco bebem alguma dessas duas bebidas, o total de pessoas que bebem ambas as bebidas é:

- a) 30.
- b) 33.
- c) 35.
- d) 38.
- e) 40.

13. A negação da proposição “Se eu presto atenção, eu aprendo” pode ser escrita como:

- a) “Se eu não presto atenção, eu não aprendo”.
- b) “Se eu não aprendo, eu não presto atenção”.
- c) “Aprendo e não presto atenção”.
- d) “Presto atenção e não aprendo”.
- e) “Se eu aprendo, eu não presto atenção”.

14. Considere as afirmações:

- I. Se Eduardo é encanador, então Fernando é flautista.
 - II. Carlos é corredor ou Diego é diretor.
 - III. Arnaldo é assaltante ou Bruno é baterista.
 - IV. Se Diego é diretor então Arnaldo é assaltante.
- Sabe-se que as afirmações II e III são verdadeiras e que as demais são afirmações falsas.

A partir dessas afirmações é correto concluir que

- a) Arnaldo é assaltante e Diego é diretor.
- b) Carlos é corredor ou Arnaldo é assaltante.
- c) Bruno é baterista e Eduardo não é encanador.
- d) Eduardo é encanador e Carlos é corredor.
- e) Bruno é baterista ou Fernando é flautista.

15. Com os números 2, 3, 5, 7 e 8, são formados números com 4 dígitos distintos. Ao escolher aleatoriamente um dos números formados, a probabilidade de ele ser par é:

- a) 20%
- b) 30%
- c) 40%
- d) 50%
- e) 60%

INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

16. No Windows 10 temos uma funcionalidade responsável por realizar o controle de envio das notificações, podendo o usuário definir períodos em que não deseja ser interrompido. Essa funcionalidade é:

- a) Windows Defender
- b) Limpeza de Disco.
- c) Assistente de Foco.
- d) Cortana
- e) Video

17. No Word, para alinharmos um texto ou parte do texto à direita, devemos usar que tecla de atalho

- a) CTRL + G.
- b) Ctrl + E.
- c) CTRL + J
- d) ALT + D
- e) CRL + D.

18. Consiste em um fragmento de código que apresenta capacidade de mutação e multiplicação e pode causar diversos danos em arquivos em geral.

- a) virus
- b) spyware
- c) BOT
- d) Trojan.
- e) Worm

19. Programas que auxiliam a comunicação e interação do Sistema Operacional com os equipamentos em geral são os:

- a) aplicativos.
- b) utilitários..
- c) acessórios.
- d) drivers.
- e) drives.

20. O protocolo responsável por realizar a troca de arquivos entre computadores é o:

- a) SMTP.
- b) POP
- c) HTTP
- d) IRC.
- e) FTP

ESTATUTO DOS SERVIDORES DE RIO BRANCO

Géssica Ehle

21. De acordo com o Estatuto do Servidor Público do Município de Rio Branco, quando trata do assunto “Das Responsabilidades” do servidor, dispõe que as sanções civis, penais e administrativas:

- a) poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- b) só podem ser aplicadas de forma cumulativa.
- c) a responsabilidade administrativa exime o servidor da responsabilidade civil ou criminal no caso concreto.
- d) são decorrentes do exercício regular das atribuições pelo servidor.
- e) dependem umas das outras.

22. Na Lei que instituiu o regime jurídico dos servidores públicos, o Art. 46 trata das vantagens que poderão ser pagas aos servidores. Uma das vantagens pagas é:

- a) ajuda de custo.
- b) diárias
- c) transporte
- d) Promoção
- e) indenizações

23. Conforme dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco, Lei nº 1.794 de 30 de dezembro de 2009, ao ato de investidura em cargo público dá-se o nome de:

- a) exoneração
- b) exercício
- c) posse
- d) reversão
- e) nomeação

24. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco, Lei nº 1.794 de 30 de dezembro de 2009, são deveres do servidor:

- I. exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II. ser leal às instituições a que servir;
- III. zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;
- IV. cumprir todas as ordens de seus superiores

Dos itens acima, estão corretos:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

25. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco, Lei nº 1.794 de 30 de dezembro de 2009, suponha que um servidor municipal tenha saído do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, será instaurado o procedimento disciplinar competente para apurar a conduta e, sendo o servidor primário, poderá ser punido com penalidade disciplinar de:

- a) advertência.
- b) suspensão.
- c) multa.
- d) demissão.
- e) cassação da disponibilidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

26. Tanaka, servidor público estadual, teve conhecimento de que a Constituição da República de 1988 tinha assegurado determinado direito estatutário aos servidores, mas condicionava o seu exercício à edição de lei que o regulamentasse. Apesar de decorridos muitos anos desde a promulgação da Constituição, a lei não foi editada, omissão que torna inviável o exercício do seu direito. À luz da narrativa constitucional e da narrativa acima, o instrumento passível de ser utilizado por Tanaka para a tutela dos seus interesses é:

- a) o mandado de segurança;
- b) o habeas data;
- c) a reclamação constitucional;
- d) o mandado de injunção;
- e) a Ação popular;

27. Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

28. Rose é militar do Exército e pretende candidatar-se ao cargo de Deputada Estadual. Val é militar da Marinha e pretende se candidatar a prefeito.

Nos termos da Constituição Federal, caso sejam eleitos para o cargo,

- a) contando com menos de dez anos de serviço, será exonerado do cargo militar.
- b) contando com mais de quinze anos de serviço, será transferido para a sede do mandato.
- c) contando com mais de cinco anos de serviço, terá direito à remuneração da origem.
- d) contando com mais de dez anos de serviço, será transferido para a inatividade.
- e) contando com mais 20 anos de serviço, será transferido para a inatividade.

29. “Tibruço, estudante de direito, informou ao seu colega Tibério que tinha realizado amplos estudos a respeito das competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Por fim, alcançou três conclusões:

- (1) Na composição do CNJ tem membros da justiça eleitoral e militar;;
- (2) o CNJ realiza o controle dos atos administrativos, financeiros e jurisdicionais praticados pelos órgãos do Poder Judiciário; e,
- (3) todos os órgãos do Poder Judiciário estão sujeitos ao controle do CNJ.”

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) somente a conclusão 2 está incorreta.
- b) todas as conclusões estão corretas.
- c) somente a conclusão 3 está correta.
- d) todas as conclusões estão incorretas.
- e) somente a conclusão 1 está correta.

30. Quanto ao grau de aplicabilidade das normas constitucionais, as normas no texto constitucional classificam-se conforme seu grau de eficácia. Segundo a classificação doutrinária, a norma constitucional segundo a qual todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente; é classificada como norma constitucional

- a) de eficácia limitada.
- b) de eficácia plena.
- c) de eficácia exaurida.
- d) de eficácia contida.
- e) Reclamação constitucional

31. De acordo com a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- a) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- b) as entidades associativas, não dependem de autorização expressa para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- c) às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, desde que apresentem bom comportamento.
- d) São gratuitas as ações de habeas data e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- e) Nenhuma das alternativas.

32. A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal da República.

- a) qualquer eleitor é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- b) Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião já convocada, sendo apenas exigida prévia autorização nas redes sociais.
- c) Somente por decisão judicial transitada em julgado poderá uma associação ser dissolvida compulsoriamente.
- d) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados apenas extrajudicialmente.
- e) é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, exceto nos meios digitais.

33. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico são de competência legislativa

- a) privativa da União.
- b) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- d) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) privativa dos Estados.

34. O presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União a competência para

- a) a celebração de tratados internacionais sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- b) a concessão de indulto e para a comutação de penas.
- c) nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- d) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- e) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

35. Tibério ajuizou ação ordinária em face do Estado X, sendo o pedido julgado improcedente em primeira e em segunda instâncias, situação que permaneceu inalterada até o esgotamento das instâncias ordinárias. Segundo o advogado de

Tibério, o resultado lhe foi desfavorável por ter sido julgada válida lei local que ele contestara em face de lei federal.

Com esse fundamento, uma vez preenchidos os demais requisitos exigidos, é possível a interposição de

- a) reclamação, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

36. Sérgio possui um pequeno estande na cidade de Rio Branco, onde comercializava café, pastéis e cachorro-quente. Durante uma inspeção da agência de saúde, o inspetor constatou que uma das luvas descartáveis usadas por Sérgio para manusear os alimentos tinha um pequeno rasgo.

Por causa disso, o inspetor decidiu pela proibição permanente do estabelecimento, alegando um sério risco à saúde dos clientes. Com base na situação apresentada, assinale a opção que indica o princípio constitucional violado pelo fiscal.

- a) Publicidade;
- b) Impessoalidade;
- c) Razoabilidade;
- d) Legalidade;
- e) Segurança Jurídica.

37. Em relação às sociedades de economia mista e empresas públicas, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito público, dispõe de capital misto e somente pode ser constituída sob a forma de sociedade anônima (S.A.), seja federal, estadual, municipal ou distrital;
- b) A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado, formada exclusivamente por capital público, e pode ser constituída em qualquer forma empresarial disponível;
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são empresas estatais em que o Estado possui a maioria das ações, integrando a Administração Direta;
- d) Apenas por meio de uma lei específica é criada empresa pública e a autorizada a instituição de uma sociedade de economia mista;
- e) A atividade econômica direta do Estado por meio de uma empresa pública só será autorizada se não houver nenhuma empresa privada operando na mesma área.

38. Com o objetivo de alcançar os propósitos estabelecidos na Constituição, sem a necessidade de criar uma nova entidade jurídica, o Poder Público tem a capacidade de dividir responsabilidades com base na matéria, na hierarquia ou em outros critérios razoáveis, por meio do que é conhecido como

- a) Transição;
- b) Outorga;
- c) Delegação;
- d) Descentralização;
- e) Desconcentração.

39. Relacione a coluna 1 de acordo com os conceitos dos poderes da Administração Pública listados na coluna 2:

Coluna 1

- I. Poder Disciplinar;
- II. Poder de Polícia;
- III. Poder Hierárquico;
- IV. Poder Regulamentar;
- V. Poder Discricionário.

Coluna 2

- () Insere-se como uma das formas pelas quais se expressa a função normativa do Poder Executivo. Pode ser definido como o que cabe ao Chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, de editar normas complementares à lei, para sua fiel execução;
- () Distribui e escalona as funções de seus órgãos, ordena e revê a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal;
- () Lei reserva ao agente público certa margem de liberdade ou escolha dentre várias soluções possíveis, visando à satisfação do interesse público;
- () A atividade da Administração Pública de condicionar a liberdade e a propriedade dos indivíduos, mediante ação ora fiscalizadora, ora preventiva, ora repressiva, impondo coercitivamente aos particulares um dever de abstenção, objetivando interesses sociais consagrados no sistema normativo;
- () Refere-se ao direito garantido à Administração Pública de investigar transgressões no desempenho das funções por parte de servidores públicos e outras pessoas sujeitas à disciplina administrativa, bem como de impor sanções após o devido processo administrativo.

Assinale a sequência correta:

- a) IV – III – V – II – I
- b) II – I – V – IV – III
- c) IV – III – I – II – V
- d) III – II – IV – I – V
- e) II – IV – III – I – II

40. Indique a alternativa correta referente ao uso e ao abuso de poder.

- a) Será considerado excesso de poder quando um administrador público decretar a desapropriação de um imóvel rural com a justificativa de interesse social para beneficiar interesses particulares;
- b) A convalidação pode sempre ocorrer na prática de um ato administrativo com abuso de poder;
- c) A ausência de motivo em um ato administrativo demonstra indícios de desvio de poder;
- d) A anulação de uma conduta abusiva deve ser feita através de um processo judicial, não sendo permitida a autotutela pela administração pública;
- e) O abuso de poder apenas pode se revestir de maneira comissiva.

41. Com base na Responsabilidade Civil do Estado, estabelecida no artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal de 1988, indique a assertiva correta.

- a) É válido para situações em que ocorrem prejuízos resultantes da ação ou inação do Estado, em responsabilidade civil extracontratual subjetiva.
- b) Abrange todas as condutas praticadas pelo servidor público, tanto durante como fora do exercício de suas atribuições.
- c) É mitigada quando ocorre caso fortuito, força maior ou se constata a exclusiva culpa da vítima.
- d) As entidades de direito público serão responsáveis pelos danos causados a terceiros por seus agentes, no exercício de suas funções, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- e) Não é válida para entidades de direito privado que prestam serviços públicos, como organizações governamentais de direito privado.

42. Em relação ao assunto da responsabilidade civil do Estado, marque a opção correta.

- a) A responsabilidade civil do Estado pode surgir a partir de um ato legislativo oficial que tenha sido previamente declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e que tenha efeitos gerais;
- b) Não poderá ser originada por meio de um ato legislativo;
- c) A responsabilidade civil do Estado pode ser primária ou subsidiária;
- d) A responsabilidade civil do Estado estará sempre sujeita aos princípios da teoria do risco administrativo;
- e) A responsabilidade civil do Estado não é passível de exclusão de responsabilidade.

43. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de dispensa de licitação, dentre as listadas no artigo 75 da lei n.º 14.133/2021:

- a) contratação que tenha por objeto bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para a Administração;
- b) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
- c) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- d) objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;
- e) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

44. Em relação à modalidade pregão na lei n.º 14.133/21, indique a assertiva **incorreta**.

- a) Adota-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
- b) É a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior retorno econômico;
- c) O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto serviços comuns de engenharia;
- d) A modalidade pregão poderá ser utilizada caso a Administração Pública deseje contratar leiloeiro oficial, adotando o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas;
- e) A modalidade pregão utiliza o sistema de registro de preços, que é um conjunto de procedimentos para a realização de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

45. No que diz respeito à concessão de serviço público, é correto afirmar sobre a subconcessão:

- a) é aceita exclusivamente nas concessões patrocinadas;
- b) não requer autorização do poder concedente;
- c) sempre será antecedida de concorrência;
- d) não é permitida;
- e) é autorizada, porém o subconcessionário não assume os direitos do subconcedente.

46. Conforme disposto explicitamente na Lei n.º 8.666/93, marque a opção correta:

- a) De acordo com o estipulado na lei da entidade governamental licitante, os editais de licitação podem exigir que o contratado promova, em benefício da Administração Pública, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições favoráveis de financiamento, cumulativamente ou não;
- b) Não podem ser vendidos pelo poder público os imóveis da Administração Pública, cuja aquisição resulte de processos judiciais ou dação em pagamento;
- c) Não poderá ser estabelecida vantagem para produtos manufaturados e serviços nacionais em processos de licitação, independentemente da modalidade ou dos produtos e serviços a serem contratados;
- d) Salvo em casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos especializados devem, preferencialmente, ser celebrados por meio de concorrência, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração;
- e) A atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, não será considerada como parte do valor da obra ou serviço para efeitos de julgamento das propostas de preços. Essa atualização será calculada de acordo com os critérios estabelecidos obrigatoriamente no documento de convocação.

47. O conjunto de regras legais que regem os contratos administrativos, estabelecido pela Lei de Licitações e Contratos, concede à Administração, no que se refere a esses contratos, o poder de tomar certas medidas unilateralmente, mesmo sem o consentimento do contratado, com exceção de:

- a) Rescindir os contratos caso ocorra a dissolução da sociedade contratada;
- b) Imposição de penalidades devido ao não cumprimento total ou parcial do acordo;
- c) Rescisão dos contratos caso haja atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- d) Modificar as cláusulas econômico-financeiras e monetárias contidas no contrato;
- e) Realizar alterações nos contratos visando aprimorar sua conformidade com os objetivos de interesse público, desde que os direitos do contratado sejam respeitados.

GESTÃO DE PESSOAS*Elisabete Moreira*

48. Atualmente a habilidade de lidar eficazmente com relações interpessoais, de forma adequada às necessidades de cada uma e às exigências da situação, passa pelo desenvolvimento da competência emocional no ambiente de trabalho, que é extremamente requerido no trabalho organizacional. No que se refere aos componentes da inteligência emocional, assinale a alternativa correta.

- a) A inteligência emocional é exclusivamente composta pela empatia.
- b) A inteligência emocional é exclusivamente composta pela automotivação.
- c) São dois os componentes da inteligência emocional: autoconhecimento e habilidade interpessoal.
- d) São três os componentes da inteligência emocional: autoconhecimento; autocontrole; e automotivação.
- e) São cinco os componentes da inteligência emocional: autoconhecimento; autocontrole; automotivação; empatia; e habilidade interpessoal.

49. O atendimento constitui uma relação interpessoal entre o funcionário e o cliente, impactando diretamente na escolha de serviços. Acerca do atendimento, analise as seguintes alternativas:

- a) O atendimento telefônico automatizado proporciona uma redução de custos nas operações da organização ao mesmo tempo que possibilita um trabalho mais eficiente em relação ao atendimento telefônico tradicional, sobretudo para clientes com demandas diferentes.
- b) O cliente consegue diferenciar o serviço realizado do atendimento recebido, avaliando separadamente essas dimensões.
- c) A qualidade no atendimento relacionado à dimensão da presteza consiste em entender os problemas dos clientes e executar o serviço para que ele fique satisfeito.
- d) O profissional de atendimento que não possui um comportamento assertivo age de forma pragmática e agressiva.
- e) Os contatos entre o cliente e a empresa são chamados de momentos da verdade.

50. As conversas telefônicas são importantes ferramentas de oferecimento de produtos e serviços e de gerenciamento da imagem da empresa. No entanto, é muito importante que o profissional atendente atente para alguns fatores relacionados a qualidade nos serviços. Relacione as colunas acerca dos fatores da qualidade em serviços, conforme a tabela SERVQUAL:

(1) Confiabilidade	() Manter o ambiente sempre limpo e organizado.
(2) Empatia	() Atender e agir com confiança e firmeza.
(3) Segurança	() Atender com presteza, prontidão, buscando sempre as respostas corretas.
(4) Aparência	() Cumprir com o prometido, com competência e exatidão.
(5) Responsividade	() Atender individualmente, atento e interessado no cliente.

Aponte a alternativa que relaciona corretamente as colunas

- a) 1, 2, 3, 4, 5
- b) 4, 3, 5, 2, 1
- c) 4, 1, 5, 3, 2
- d) 4, 3, 5, 1, 2
- e) 4, 1, 2, 5, 3

51. Quando se trata de cliente interno e externo, um dos principais problemas constatado na qualidade do atendimento é que:

- a) Muitas vezes a qualidade do atendimento só é aplicada aos clientes externos, esquecendo-se dos clientes internos.
- b) É preciso treinar os funcionários para a qualidade do atendimento tanto para o público externo quanto para o público interno.
- c) Tanto os clientes externos como os internos são responsáveis pelo sucesso da empresa.
- d) Os clientes externos são fundamentais para o lucro da empresa, mas o cliente interno é quem promove os resultados concretos.
- e) Não se pode fazer distinção entre cliente externo e interno.

52. Um relacionamento interpessoal eficaz requer algumas habilidades dos indivíduos como empatia, compreensão mútua e comportamento receptivo e proatividade. Existem, no entanto, segundo Albrecht, sete pecados no atendimento e prestação de serviços que podem comprometer a qualidade no atendimento, como:

- a) agressividade, informalidade, apatia, otimismo, bom senso, atenção e desinteresse.
- b) apatia, má vontade, frieza, desdém, robotismo, apego demasiado às normas e jogo de responsabilidade.
- c) simpatia, atenção, apatia, delicadeza, otimismo, impaciência e cordialidade.
- d) cordialidade, apatia, simpatia, atenção, agressividade, robotismo e empatia.
- e) apatia, agressividade, cordialidade, atenção, jogo de responsabilidade, otimismo e má vontade.

53. A revolução tecnológica tem impactado em todas as áreas organizacionais, inclusive na área de gestão de pessoas, que detém a função de apoio para as demais áreas e, por isso, precisa estar alinhada às novas necessidades organizacionais. Considerando as novas ferramentas utilizadas na área de RH, avalie:

- I. A moderna gestão de RH utiliza o *business partner* para realizar o recrutamento misto e a seleção de um profissional especializado e diferenciado.
- II. O *business partner* de gestão de pessoas tem como objetivo assessorar os gestores na prática de gerir pessoas. A carreira do consultor interno requer automotivação constante, estudo, educação, treino, prática, flexibilidade para lidar com pessoas, idoneidade e confiança para conquistar o cliente.
- III. O pensamento abduutivo é uma técnica utilizada no *design thinking* para encontrar oportunidades de inovação com base nas hipóteses explicativas que são formuladas e postas para validação.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I
- e) I, II e III

54. Os novos estudos na área de gestão de pessoas apontam que o servidor do futuro precisa estar alinhado com ideias e soluções criativas com foco na experiência do usuário, condicionado ao desenvolvimento de novas habilidades em razão da revolução digital. Nesse sentido, não corresponde às novas habilidades requeridas:

- I. Análise de dados: utilizada para embasar decisões, deverá ser uma habilidade desenvolvida pelos servidores públicos, visando a redução de custos e a produção de serviços públicos mais eficientes para o cidadão.
- II. Inteligência artificial: o *machine learning*, um ramo da inteligência artificial, ajuda na automação e análise dos dados, aprendendo com eles, identificando padrões e tomando decisões sem a intervenção humana.
- III. *Design Thinking*: é uma ferramenta que direciona os profissionais de arte e design para interação com o usuário, divulgando informações e realizando serviços através de uma publicidade positiva.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I
- e) I, II e III

55. Atualmente a área de gestão de pessoas tem se utilizado de diversas ferramentas para se alinhar as novas necessidades digitais, a exemplo do People analytics. Acerca do tema aponte a alternativa correta.

- a) O People analytics pode ser utilizado para promover análises estatísticas de candidatos a uma vaga com vistas a predição do melhor perfil a ser selecionado a partir de um banco de dados que contenha o perfil dos melhores colaboradores.
- b) People analytics é um método de gestão de pessoas baseado na coleta e análise de dados sobre os funcionários, permitindo que o RH atue operacionalmente de forma mais eficiente.
- c) O processo de People analytics inicia-se com a coleta de informações, modelagem, cálculo e análise.
- d) Para a utilização do People Analytics não é necessário o uso de ferramentas como Big Data e Business Intelligence.
- e) O principal objetivo dos processos de recrutamento e seleção com a utilização do People Analytics é identificar o profissional mais habilidoso tecnicamente e contratá-lo.

56. Um dos fatores determinantes da vantagem competitiva das organizações é obter consumidores engajados em torno da marca, que requer, inicialmente, um engajamento dos próprios colaboradores com as propostas de valor da empresa, por isso a importância da atuação do RH estratégico. Com base nesses conceitos, avalie as alternativas a seguir:

- I. O employer branding envolve usar um conjunto de ações entre os colaboradores da empresa para promover maior bem-estar, engajamento e retenção.
- II. O employer branding é uma estratégia de curto prazo, na qual os colaboradores defendem a empresa, impactando na produtividade.
- III. Um projeto de employer branding deve ser orientado para a cultura organizacional, devidamente planejado, percebendo o colaborador como um consumidor potencial da marca

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I
- e) I, II e III

57. A moderna gestão de pessoas utiliza-se de vários processos para a obtenção dos resultados, a exemplo da gestão estratégica, liderança, negociação e gerenciamento das diversidades. Acerca do tema escolha a alternativa correta.

- a) A gestão estratégica de pessoas deve ser pautada pela necessidade de eficiência e eficácia na prestação dos serviços e exame dos efeitos negativos decorrentes da obsessão por produtividade e resultados.
- b) O RH 4.0 nasce sob o argumento de que o alicerce do setor se dá por meio de 4 funções básicas: seleção; treinamento; gestão do desempenho; e, gestão de cultura organizacional.
- c) O RH 4.0 é resultado da quarta revolução industrial que traz consigo a inserção de novas tecnologias no mundo fabril. Sua principal característica é o incremento de tecnologias inteligentes para otimizar o registro de dados dos funcionários e a gestão da folha de pagamento.
- d) Os procedimentos são planos relacionados com os comportamentos que se espera das pessoas.
- e) O RH 4.0 tem como um de seus desafios comunicar as necessidades da empresa aos colaboradores, garantindo que o trabalho seja realizado, mesmo que os trabalhadores não estejam satisfeitos.

58. Quanto à gestão de pessoas, avalie os itens a seguir.

- I. São premissas da nova forma de atuação sistêmica da gestão de pessoas estratégica a busca por agilidade, flexibilidade, dinamismo, a inovação, a criatividade.
- II. A dominância tradicional refere-se à submissão coletiva a um conjunto de regras formalmente definidas e aceitas por todos os integrantes.
- III. A descentralização da função de RH envolve atribuir aos gestores de linha função de staff, fornecendo apoio aos seus colaboradores.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I
- e) I, II e III

59. A evolução histórica dos modelos de RH denota um movimento

- a) de fortalecimento e centralização da área da RH como função de staff.
- b) de fortalecimento e descentralização da área de RH como função de staff.
- c) da instituição de um modelo focado no grupo e nas equipes.
- d) da atribuição ao gerente de linha do estabelecimento de políticas e práticas de RH.
- e) do alinhamento das estratégias das organizações às estratégias de RH.

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

60. Previsto, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei n. 4.320/1964, determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

Assinale a opção que indica corretamente qual o princípio orçamentário que se relaciona ao contexto acima disposto:

- a) Universalidade
- b) Exclusividade
- c) Legalidade
- d) Totalidade
- e) Anualidade

61. As receitas públicas, quanto à procedência, podem ser classificadas em Originárias e Derivadas. Acerca dessa classificação, assinale a opção correta:

- a) Essa classificação possui uso acadêmico e não é normatizada.
- b) Apesar de estar normatizada, não é utilizada como classificador oficial da receita pelo Poder Público.
- c) A receita obtida pelo poder público por meio da soberania estatal é classificada como originária.
- d) Rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado representam exemplos de receitas derivadas.
- e) As receitas originárias decorrem de imposição legal.

62. Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação patrimonial líquida em efetiva e não efetiva. Assinale a opção que indica um exemplo de despesa não efetiva:

- a) energia elétrica
- b) salários dos servidores
- c) juros da dívida pública
- d) transferências de capital
- e) aquisição de materiais para estoque

63. O estágio da receita que consiste em verificar a procedência do crédito fiscal, a pessoa que lhe é devedora e inscreve esse débito denomina-se:

- a) Previsão.
- b) Lançamento.
- c) Arrecadação.
- d) Recolhimento
- e) Empenho.

64. Consiste no estágio de execução da despesa em que o direito do credor perante o Estado é averiguado por meio do exame de títulos e de documentos comprobatórios do respectivo crédito. Esse estágio denomina-se:

- a) Fixação
- b) Empenho
- c) Liquidação
- d) Pagamento
- e) Lançamento

65. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estrutura as informações contábeis em naturezas de informação distintas. Sob essa perspectiva, a natureza de informação patrimonial:

- a) registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- b) registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.
- c) registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
- d) controla os registros de inscrição e execução de restos a pagar.
- e) controla os registros relacionados à dívida ativa e aos custos.

66. O _____ é uma das principais demonstrações contábeis do setor público. É nele em que são demonstradas as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, e são especificadas a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Além disso, nele são evidenciadas as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, com a discriminação da dotação inicial, da dotação atualizada para o exercício, das despesas empenhadas, das despesas liquidadas, das despesas pagas e do saldo da dotação.

Assinale a opção que preenche corretamente a lacuna acima:

- a) Demonstrativo das Variações Patrimonial
- b) Balanço Financeiro
- c) Balanço Orçamentário
- d) Balanço Patrimonial
- e) Demonstrativo dos Fluxos de Caixa

67. Acerca do balanço financeiro, assinale a opção correta:

- a) o resultado financeiro do exercício coincide com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no balanço patrimonial.
- b) O balanço financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- c) As receitas e despesas orçamentárias deverão ser segregadas quanto à destinação em correntes e de capital.
- d) Os Ingressos e se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Dispêndios e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Ingressos.
- e) O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado patrimonial do exercício.

68. Acerca do balanço patrimonial, assinale a opção correta:

- a) A Lei nº 4.320/1964 confere viés financeiro ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.
- b) As informações constantes do balanço patrimonial permitem calcular o resultado patrimonial do exercício.
- c) O Quadro Principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se as classe 1, 2, 3 e 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- d) De modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por um quadro principal e dois quadros anexos.
- e) No quadro principal do balanço patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

69. A elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é obrigatória para todos os entes da federação. Deve acompanhar o RREO:

- a) Anexo de Riscos Fiscais
- b) Anexo de Metas Fiscais
- c) Demonstrativo relativo a receitas e despesas previdenciárias
- d) Demonstrativos do resultado orçamentário e financeiro
- e) Relatório comparativo da despesa total com pessoal, distinguindo inativos e pensionistas.

70. O Município Audazes dos Pampas adquiriu, em 31/10/20X1, uma ambulância no valor de R\$ 100.000,00. A vida útil econômica e o valor residual da ambulância, nessa mesma data, foram estimados, respectivamente, em 7 anos e R\$ 16.000,00. O método de depreciação utilizado pela entidade é o linear. Com base nessas informações, pode-se afirmar que o valor da variação patrimonial diminutiva reconhecida em 20X1 referente à ambulância adquirida em 31/10/20X1 foi de:

- a) R\$ 5.000,00
- b) R\$ 4.000,00
- c) R\$ 3.000,00
- d) R\$ 2.000,00
- e) R\$ 1.000,00

71. Acerca dos regimes contábeis aplicáveis à Contabilidade Pública, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) O reconhecimento da receita sob o enfoque orçamentário é pelo regime de caixa.
- b) O reconhecimento das variações patrimoniais aumentativas se efetiva pelo regime de caixa.
- c) O registro da despesa sob o enfoque patrimonial é pelo regime de competência.
- d) O registro da despesa sob o enfoque orçamentário é pelo regime de competência.
- e) todos os registros sob o enfoque patrimonial devem ser realizados pelo regime de competência.

72. De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, os usuários primários das informações contábeis evidenciadas nos relatórios contábeis incluem:

- a) provedores de recursos, usuários dos serviços e Tribunais de Contas.
- b) provedores de recursos e partidos políticos.
- c) partidos políticos e comissões do Poder Legislativo.
- d) usuários dos serviços e sindicatos;
- e) usuários dos serviços, provedores de recursos e membros do Poder Legislativo.

73. Obedecidas todas as condições previstas nas normas aplicáveis, os recursos de tributos recebidos antes da ocorrência do fato gerador são reconhecidos, como:

- a) variação patrimonial aumentativa.
- b) um passivo.
- c) um ativo contingente.
- d) uma variação patrimonial independente da execução orçamentária.
- e) um passivo contingente.

74. O Município Audazes dos Pampas adquiriu material para consumo pela Secretaria de Educação. O Setor de Contabilidade deverá efetuar o seguinte registro contábil, no âmbito da natureza orçamentária, no momento do empenho da respectiva despesa:

- a)
Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
Crédito – 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
- b)
Débito – 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
Crédito – 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
- c)
Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
Crédito – 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
- d)
Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
Crédito – 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Pago
- e)
Débito – 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
Crédito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

75. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, analise as variações patrimoniais apresentadas nos itens abaixo, ocorridas nos registros contábeis de uma entidade pública, em relação ao Patrimônio Líquido e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- A. Compra de bem à vista
- B. Contratação de uma operação de crédito de longo prazo
- C. Aumento do ativo imobilizado por reavaliação.
- D. Uso de material de consumo na prestação de serviços

Classificam-se como Variações Patrimoniais Qualitativas aquelas descritas nos itens:

- a) C e D.
- b) B e C.
- c) A e D.
- d) A e B.
- e) C e A.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Mauricio

76. Acerca do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores titulares de cargos efetivos podemos afirmar:

- a) Terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo e dos servidores ativos, não havendo incidência de contribuição sobre proventos de aposentadorias e pensões.
- b) Terá caráter facultativo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo e dos servidores ativos, de aposentados e de pensionistas.
- c) Terá caráter contributivo e será instituído por meio de um regime de capitalização, mediante contribuição do respectivo ente federativo e dos servidores ativos.
- d) Terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas.
- e) Devem ser observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro, mas não o equilíbrio atuarial.

77. Após a Reforma da Previdência (EC 103/2019), no âmbito da União, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social:

- a) será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando suscetível de readaptação.
- b) será aposentado aos 60 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem.
- c) poderá receber proventos de aposentadoria inferiores ao salário-mínimo.
- d) deverá permanecer vinculado, compulsoriamente, ao regime de previdência complementar.
- e) será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade.

78. É permitida a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social nos casos abaixo, exceto:

- a) aposentadoria de servidores com deficiência.
- b) aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário.
- c) aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes.
- d) professor que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- e) ocupantes de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

79. Nos termos da EC 103/2019, não será permitida a acumulação dos seguintes benefícios:

- a) pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social.
- b) pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.
- c) pensões decorrentes das atividades militares com aposentadoria concedida no âmbito de regime próprio de previdência social.
- d) Mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro concedida pelo Regime Geral de Previdência Social.
- e) pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito de regime próprio de previdência social.

80. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo. Acerca desse regime de previdência é correto afirmar:

- a) O regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo oferecerá plano de benefícios somente na modalidade benefício definido.
- b) O regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo será efetivado apenas por intermédio de entidade aberta de previdência complementar.
- c) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador.
- d) O regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo será de caráter contributivo e compulsório.
- e) O aporte de recursos pelo estado, na qualidade de patrocinador, em hipótese alguma poderá ser inferior à contribuição do segurado.

81. Acerca do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, podemos afirmar:

- a) Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo RPPS que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, com percentual igual ao dobro do estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.
- b) o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria compulsória e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária.
- c) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento.
- d) É permitida a instituição de novos regimes próprios de previdência social no Brasil.
- e) Todos os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos são vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

82. Nos termos da EC nº 103/2019 (Reforma da Previdência), o rol de benefícios dos RPPS fica limitado a:

- a) somente aposentadorias.
- b) aposentadorias e à pensão por morte.
- c) somente pensão por morte.
- d) aposentadorias, pensão por morte e salário-maternidade.
- e) aposentadorias, pensão por morte, salário-maternidade a auxílio por incapacidade temporária.

83. A alíquota de contribuição dos servidores dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios vinculados aos respectivos regimes próprios, não poderão:

- a) ser inferiores às alíquotas da contribuição dos servidores da União, em qualquer caso.
- b) ser inferiores às alíquotas da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser superior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.
- c) ser superiores às alíquotas da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.
- d) ser superiores às alíquotas da contribuição dos servidores da União, qual qualquer caso.
- e) ser inferiores às alíquotas da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.

84. A alíquota de contribuição devida pelos aposentados e pensionistas de quaisquer dos Poderes da União, incluídas suas entidades autárquicas e suas fundações, vinculados a RPPS:

- a) será a mesma alíquota de contribuição que se aplica aos servidores ativos.
- b) será, no máximo, o dobro da alíquota de contribuição que se aplica aos servidores ativos.
- c) será, no máximo, metade da alíquota de contribuição que se aplica aos servidores ativos.
- d) não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
- e) será, no mínimo, metade da alíquota de contribuição que se aplica aos servidores ativos.

85. A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores:

- a) não poderá ser superior ao valor da contribuição do servidor ativo.
- b) não poderá ser inferior ao dobro do valor da contribuição do servidor ativo.
- c) não poderá ser superior a metade do valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
- d) não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
- e) deverá ser o mesmo valor da contribuição do servidor ativo.

86. As entidades fechadas de previdência privada, de caráter complementar, organizar-se-ão sob a forma de:

- a) sociedades anônimas.
- b) fundação ou sociedades anônimas.
- c) sociedades anônimas ou sociedade civil, sem fins lucrativos.
- d) sociedade civil sem fins lucrativos, exclusivamente.
- e) fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

87. As entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador:

- a) a quaisquer pessoas físicas.
- b) apenas aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) apenas aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial.
- d) aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas, aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial.
- e) a todos os segurados do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

88. Para os fins de contagem recíproca de tempo de contribuição, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, não é vedada:

- a) conversão do tempo de contribuição exercido em atividade sujeita à condições especiais.
- b) conversão do tempo cumprido pelo segurado com deficiência em tempo de contribuição comum.
- c) a contagem em dobro ou em outras condições especiais.
- d) a utilização de tempo de contribuição utilizado para concessão de aposentadoria por outro regime.
- e) a contagem de tempo de contribuição no serviço público com o de contribuição na atividade privada, quando não concomitantes.

89. Para fins de compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na hipótese de contagem recíproca de tempos de contribuição, assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se regime instituidor o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
- b) Os regimes próprios de previdência de servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios só serão considerados regimes de origem quando o Regime Geral de Previdência Social for o regime instituidor.
- c) O regime de origem tem direito de receber de cada regime instituidor a respectiva compensação financeira.
- d) Considera-se regime de origem o regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes.
- e) O Regime Geral de Previdência Social, como regime instituidor, tem direito de receber de cada regime de origem compensação financeira.

90. As entidades abertas de previdência privada, de caráter complementar, organizar-se-ão sob a forma de:

- a) sociedades anônimas, unicamente.
- b) fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.
- c) fundação, unicamente.
- d) sociedade civil, sem fins lucrativos.
- e) sociedades anônimas, fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL

Adriana Menezes

91. A Emenda Constitucional nº 103/2019 alterou o sistema de previdência social e estabeleceu regras que devem ser obedecidas por todos os entes federativos. O Município de Rio Branco, por sua vez, reformou sua Lei Orgânica e alterou a Lei Complementar n. 1.793/2009, fixando novas regras para a concessão das aposentadorias e da pensão por morte do servidor. Diante disso, é correto afirmar que:

- a) o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos do Município de Rio Branco – RPPS/Rio Branco - tem caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- b) é permitida a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do RPPS/Rio Branco, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no RGPS, salvo se houver contribuição para o regime complementar.
- c) aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, o Regime Próprio de Previdência Social.
- d) o Município de Rio Branco possui duas unidades gestoras do RPPS, separadas por categorias de segurados.
- e) Um dos princípios que regem a RBPREV é a possibilidade de criação, majoração ou extensão de qualquer benefício ou serviço da seguridade social sem a correspondente fonte de custeio total.

92. É segurado do RPPS dos Servidores Municipais de Rio Branco/AC:

- a) o professor da rede municipal, com contrato temporário.
- b) o Secretário de Saúde do Município de Rio Branco que ocupa exclusivamente o cargo comissionado, sem vínculo efetivo, com a União, com o Estado, com o Distrito Federal e com Municípios.
- c) o servidor titular de cargo de provimento efetivo, dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, autarquias e fundações públicas, os aposentados dos cargos aqui mencionados e os pensionistas cujas pensões sejam totalmente pagas pelo RBPREV.
- d) aquele que presta serviços de natureza eventual ao Município de Rio Branco.
- e) o empregado de empresa municipal.

93. A Lei Complementar Municipal nº 1.793/2009 dispõe sobre as normas aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rio Branco/AC, estabelece critérios, procedimentos e requisitos para a concessão, a manutenção, o pagamento e o custeio dos benefícios previdenciários conferidos aos segurados e aos respectivos dependentes, define as formas de financiamento, bem como institui medidas que viabilizem o seu equilíbrio financeiro e atuarial. Analise as assertivas abaixo e marque aquela que traz informação correta acerca das normas impostas pelo RPPS/Rio Branco.

- a) Os benefícios previdenciários de aposentadoria que integram o plano de benefícios do RPPS/Rio Branco são exclusivamente, a aposentadoria por invalidez permanente, a aposentadoria compulsória e a aposentadoria voluntária.
- b) O servidor público efetivo do Município de Rio Branco/AC, aposentado por invalidez permanente trabalho com idade inferior a 60 (sessenta) anos será submetido a avaliação médica periódica nos 15 (quinze) primeiros anos de aposentadoria, para atestar a permanência das condições que lhe causaram a incapacidade laboral.
- c) São vinculados ao RPPS/Rio Branco, na condição de segurado ativo ou aposentado, o agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de cargo temporário, de mandato eletivo ou de emprego público.
- d) O cônjuge do servidor do Município de Rio Branco/AC perde a qualidade de dependente no RPPS/Rio Branco ao se divorciar, ainda que tenha direito de receber prestação alimentícia.
- e) Correrão à conta do RPPS/Rio Branco os afastamentos do servidor público efetivo por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade.

94. Analise as assertivas abaixo e marque a opção INCORRETA.

- a) O servidor abrangido pelo RBPREV será, automaticamente, aposentado aos 75 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- b) A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade de 75 anos, independente da data de publicação da portaria no Diário Oficial do Estado do Acre.
- c) O servidor ocupante de cargo público efetivo do Município de Rio Branco/AC poderá se aposentar voluntariamente, aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar.
- d) O segurado perde o seu vínculo com o RPPS/Rio Branco nas hipóteses de exoneração, demissão e cassação de aposentadoria.
- e) A pensão por morte será devida aos dependentes do segurado do RPPS/Rio Branco que falecer, aposentado ou em atividade, a contar da data do óbito, quando requerida até 90 (noventa) dias após o falecimento.

95. José, servidor público ocupante de cargo efetivo do Município de Rio Branco/AC, contribuía regularmente para o custeio do RPPS/Rio Branco, quando, em maio de 2023, veio a óbito. José era divorciado de sua esposa Maria e não lhe pagava pensão alimentícia. Não se casou novamente, nem constituiu união estável. Deixou três filhos: Augusto, de 22 anos de idade; Carlos, de 23 anos de idade; e Eduardo, de 26 anos de idade. Augusto é solteiro e trabalha numa concessionária de veículos. Carlos, solteiro, está cursando ensino superior. Eduardo é pessoa inválida desde a infância. José era provedor econômico de todos os filhos, embora Augusto já trabalhasse. Na situação hipotética apresentada, de acordo com a legislação do Município de Rio Branco/AC, a pensão por morte de José

- a) será devida a todos os filhos dele.
- b) não será devida à ex-esposa, nem a nenhum dos filhos dele.
- c) será devida apenas à ex-esposa.
- d) será devida apenas a Eduardo, filho inválido desde a infância.
- e) será devida apenas a Carlos e Eduardo.

96. No que se refere ao regime próprio de previdência dos servidores do Município de Rio Branco/AC, julgue os itens a seguir.

I. O professor que acumular dois cargos públicos nessa função, vinculados a entes federativos diversos, e que completar o tempo de contribuição para efeito de aposentadoria em ambos os cargos não poderá acumular duas aposentadorias.

II - No cálculo dos proventos da aposentadoria voluntária do servidor efetivo, por ocasião da sua concessão, será considerada a média aritmética simples das remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência, próprio ou geral, a que esteve vinculado, correspondente a 100% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

III – A pensão por morte do servidor aposentado pelo RBPREV conferida ao conjunto de dependentes, quando do seu falecimento, corresponderá à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior a do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite.

IV - O servidor titular de cargo efetivo do Município de Rio Branco/AC que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente a 50% do valor da sua contribuição previdenciária.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens II e IV estão certos.
- e) Apenas os itens I, III e IV estão certos

97. O regime próprio de previdência social do Município de Rio Branco tem caráter contributivo com custeio do Município, dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas. A respeito do custeio do RPPS/Rio Branco, é correto afirmar que:

- a) não há incidência de contribuição previdenciária do servidor sobre a gratificação natalina.
- b) incidirá a contribuição previdenciária sobre a licença para tratamento de saúde, licença à gestante, à adotante e licença paternidade e demais afastamentos remunerados do servidor, sendo a respectiva base de cálculo a remuneração no cargo efetivo.
- c) a contribuição ao RPPS/Rio Branco será devida pelos servidores efetivos com alíquota de 11% calculada sobre a remuneração.
- d) a contribuição previdenciária compulsória dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Rio Branco/AC, autarquias e fundações públicas municipais, constituída de recursos do orçamento desses órgãos, é calculada sobre o total mensal da folha de pagamento da remuneração dos servidores ativos, mediante a aplicação da alíquota de 28%.
- e) A contribuição dos servidores aposentados pelo RBPREV e dos pensionistas incidirá apenas sobre a parcela dos proventos de aposentadorias e das pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, ainda que o beneficiário, for portador de doença incapacitante ou de deficiência, verificadas por perícia médica realizada pela Secretaria Municipal da Administração.

98. O Instituto de Previdência do Município de Rio Branco - RBPREV foi criado por meio da Lei Complementar nº 1.963/2013. Trata-se de autarquia especial, com personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com a finalidade arrecadar, assegurar e administrar recursos financeiros e outros ativos do Fundo Financeiro - FFIN e do Fundo Previdenciário – FPREV para o custeio dos proventos de aposentadoria, das pensões dos servidores efetivos do Município de Rio Branco. A respeito do RBPREV é correto afirmar que:

- a) constituem órgãos colegiados do Instituto, na instância deliberativa, o Conselho de Administração de Previdência Social (CAPS); na instância fiscalizadora, o Conselho Fiscal (CONFIS) e, na instância consultiva e propositiva, o Comitê de investimentos (COIN).
- b) O Conselho de Administração de Previdência Social (CAPS) é órgão colegiado de deliberação e supervisão do RBPREV, constituído de 08 membros e seus respectivos suplentes para um mandato de 02 anos, sendo vedada a recondução.
- c) O Conselho Fiscal (CONFIS), órgão de fiscalização e controle interno da gestão do RBPREV, é composto de 03 membros titulares e seus respectivos suplentes, para um mandato de 04 anos, permitida uma única recondução.
- d) O Comitê de investimentos (COIN), órgão colegiado, de caráter consultivo e propositivo, tem por finalidade assessorar a Diretoria Executiva do RBPREV e o Conselho de Administração de Previdência Social nas tomadas de decisões relacionadas a gestão dos ativos. É composto por 03 membros titulares e 01 suplente, nomeados pelo Diretor-Presidente do RBPREV, desde que seja servidor público municipal, ativo, titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração, com formação de nível superior.
- e) À Procuradoria Jurídica Previdenciária do RBPREV compete, dentre outras atividades, representar administrativa e judicialmente o RBPREV e emitir

pareceres sobre a contratação de obras, serviços, compras e alienações realizadas pelo Instituto. Não é atribuição dessa Procuradoria, no entanto, emitir pareceres acerca dos pedidos de concessão de benefícios.

99. Quanto ao RPPS/Rio Branco é correto afirmar que:

- a) no caso de o servidor efetivo ocupar ou vir a ocupar cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, ou função de confiança, passará a ser segurado obrigatório do RGPS e contribuirá para o RGPS sobre a remuneração no cargo efetivo, limitado ao valor máximo do salário de contribuição.
- b) os pais dos segurados não precisam comprovar dependência econômica do servidor para fins de se enquadrarem como dependentes do RPPS/Rio Branco. No entanto, é exigido que eles residam com o servidor.
- c) se equiparam aos filhos, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, os enteados não beneficiários de outro regime previdenciário, bem como o menor que esteja sob sua tutela ou guarda e que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.
- d) a aposentadoria por invalidez permanente é devida ao segurado que for considerado, mediante perícia oficial em saúde, incapaz definitivamente para o exercício de seu cargo e insuscetível de readaptação para o exercício de outro cargo.
- e) não faz jus à pensão por morte do servidor, o beneficiário condenado, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime de que tenha culposamente resultado a morte do segurado.

100. A contagem recíproca do tempo de contribuição entre o RGPS e o RPPS dos Servidores do Município de Rio Branco/AC é

- a) inadmissível, uma vez que a lei que disciplina o RPPS dos Servidores do Município de Rio Branco não contempla essa possibilidade.
 - b) admissível desde que o segurado complemente o valor da contribuição decorrente das diferenças de alíquotas aplicadas entre um sistema e outro.
 - c) inadmissível tão somente para efeito de aposentadoria por tempo de contribuição.
 - d) inadmissível tão somente para aposentadoria compulsória e aposentadoria especial por efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde.
 - e) admissível para qualquer espécie de aposentadoria, hipótese em que os referidos sistemas se compensarão financeiramente.
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
